



*REP's - Revista Even. Pedagóg.*

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1082-1098, ago./dez. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

---

## INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR<sup>1</sup>

**Fernanda Aparecida Viana Ledesman**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop/MT - Brasil

### RESUMO

O artigo discorre sobre a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola de ensino regular. A pesquisa, de abordagem qualitativa, teve como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com quatro professores. O objetivo foi analisar de que forma acontecem as ações pedagógicas dos professores com estes alunos em classes regulares. Os resultados obtidos mostram que os professores buscam construir suas práticas pedagógicas levando em consideração seus alunos com necessidades educativas especiais, mas que ainda sentem falta de uma formação específica para essa prática pedagógica. Pode-se afirmar que a implementação das políticas públicas é indispensável no processo de inclusão.

**Palavras-chave:** Escola Regular. Inclusão. Necessidades educativas especiais.

### 1 INTRODUÇÃO: as palavras iniciais e a tecitura da pesquisa

É notório que a inclusão escolar vem gerando várias discussões e causando algumas mudanças na área da educação, principalmente, ao que diz respeito à inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

---

<sup>1</sup>Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**, sob a orientação do Dr. Marion Machado Cunha, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2016/1.

Levando em consideração que existem leis que asseguram esta inclusão, a realidade escolar de muitos alunos com NEE em muitas escolas ainda não é esta. Partimos desta realidade e das várias dificuldades que o campo escolar vem sofrendo para que de fato possa haver uma Educação Inclusiva, justifica-se o interesse por este objeto de pesquisa.

A inclusão é propiciar à educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades especiais e de todos os outros cidadãos à educação é um direito constitucional. A realidade de nossas escolas é bem diferente do ideal que a sociedade almeja.

Ribeiro (2010, p. 01), parte do princípio da Educação Inclusiva como sendo uma “educação centrada no respeito e na valorização das diferenças, possibilitando o desenvolvimento, a autonomia intelectual e social dos alunos, independentemente das singularidades que possam apresentar.” Assim, propomo-nos compreender as ações pedagógicas de atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais na Escola Municipal Daniel Tilton no município de Cláudia em Mato Grosso.

Para que melhor pudéssemos compreender o objetivo desta pesquisa ela foi direcionada a uma abordagem qualitativa, entendendo que suas relações permitem ao pesquisador envolver sua ação nas dinâmicas e conexões do próprio objeto (TRIVIÑOS, 1987), permitindo captar suas propriedades fundamentais. No caso das ciências humanas implica na interação sujeito e objeto, vislumbrando a multiplicidade que se estabelece no campo de pesquisa.

Os sujeitos pesquisados foram professores que trabalham ou trabalharam diretamente com alunos com necessidades educativas especiais (dois homens e duas mulheres), sendo estes os principais conhecedores desse processo de inclusão. As informações foram coletadas utilizando um roteiro com questões semiestruturadas, no qual as informações foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas, segundo Triviños (1987, p. 146).

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutificando novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas

experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Ao coletar os dados por meio de entrevista previamente elaborada e com questões semiestruturadas representa que o diálogo direto com o entrevistado permite avançar no delineamento da investigação sobre os aspectos relevantes da inclusão escolar.

## **2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: entre a história e leis**

Atualmente a temática educação especial e em uma educação de qualidade tem sido colocadas também no centro dos debates educacionais. E a atualidade de sua importância revela a luta por esses direitos: uma luta de muito tempo. No Brasil, em 1854, Dom Pedro II sofre influências do Ministro Couto Ferraz, que viu o trabalho de um cego, José Alvares de Azevedo, a educar a filha do médico da família Imperial e em 1857 criou o Instituto Imperial dos Surdos- Mudos, no Rio de Janeiro, fato que aconteceu graças a Ernesto Huet e seu irmão, os dois vieram até o Brasil com o objetivo de fundar a escola para surdos-mudos. E, a partir de 1957, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). “Esta escola era voltada para a educação literária e o ensino profissionalizante de ‘meninos surdos-mudos’, com idade entre 7 e 14 anos”. (MAZZOTTA, 2011, p. 29).

No ano de 1926 o primeiro Instituto PESTALOZZI foi criado no Brasil, sendo ele o Instituto PESTALOZZI de Canoas no Rio Grande do Sul, sobre influência do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) precursor da educação moderna e idealizador de uma escola como extensão do lar onde o afeto é primordial para a educação. Posteriormente a convite do Governo do Estado de Minas Gerais chega ao Brasil a educadora e psicóloga russa Helena Antipoff conhecedora dos legados de Pestalozzi trouxe consigo aprendizagens dele, enfatizando a formação de recursos humanos para o atendimento de pessoas com deficiência, cria em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte. Em 1945, foi fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil, logo após são fundadas também as Sociedades Pestalozzi do Rio de Janeiro e São Paulo, hoje são cerca de 150 Sociedades Pestalozzi em todo país.

Em 1º de agosto de 1958, sob o decreto nº 44.236, aconteceu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão no Instituto Benjamin Constant. Essa campanha sofreu alterações com o passar dos anos, até que, em 1962, a professora Dorina de Gouvea Nowill assumiu o projeto e as atividades passaram a ser desenvolvidas em forma de treinamento e especialização de professores e técnicos no campo da educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual, entre outras. (MAZZOTTA, 2011).

Nos anos de 1970 foi criado no Brasil um órgão responsável pelo atendimento aos excepcionais, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) criado em 3 de Julho de 1973, que tinha por finalidade promover, em todo território nacional, a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais (MIRANDA, 2003). A intenção era possibilitar a integração dessas pessoas na sociedade e também melhorar suas condições de vida. Depois de criada, e de ter como diretora a senhora Dra. Helena Bandeira de Figueira, as outras campanhas em prol da Educação Especial foram extintas.

Hoje várias leis Internacionais e Nacionais asseguram o direito à educação para todos. A promulgação da Constituição Federal, que se deu em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 205, capítulo III, seção I, determina:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 34).

Em 1990, de 5 a 9 de março de 1990, em Jontiem, na Tailândia, na Conferência Mundial de Educação para Todos, com o intuito de reafirmar que todos têm direito à educação, foi criada a Declaração de Jontiem (UNESCO, 1998)<sup>2</sup>.

Para Educação Especial, a proposta teria como foco a garantia de matrícula a todos os alunos com deficiência ou qualquer outro tipo de comprometimento físico ou intelectual, desenvolvendo o seu raciocínio, aptidões e valores, garantindo sua aprendizagem e não somente inserção no ambiente escolar.

A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionando seja através de estratégias que

---

<sup>2</sup> Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado. (BRASIL, 1998, s.p).

A família, de acordo com a proposta do documento, seria o primeiro ambiente de promoção da educação básica, seguido da escola. Em 1994, ocorreu na cidade de Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial em Educação Especial que foi organizada pelo governo da Espanha com a cooperação da UNESCO, que tinha por objetivo:

Informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial. (BRASIL, 1994, s.p).

Seu principal objetivo é apontar medidas políticas e práticas no que se refere à Educação Especial, com o intuito de oportunizar a todas as pessoas a garantia de seus direitos. Em sua proposta, a Declaração de Salamanca determina que a administração institucional é essencial para dar o melhor atendimento ao aluno e promover atividades enriquecedoras à aprendizagem. Além disso, defende o respeito à criança em sua individualidade, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas, e destaca que todos têm direito à educação, inclusive os alunos com necessidades educativas especiais (devem ter acesso a escola regular). À educação especial, por sua vez, sugere-se que invista em pesquisas, envolvendo os professores para que os estudos sobre a temática avancem.

A inclusão na escola é o processo pelo qual ela se transforma, para poder inserir junto com os demais alunos, os alunos com Necessidades Educativas Especiais. Desta forma, se faz necessário uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para mudar e criar, em busca de rumos inovadores, que se fazem necessários à inclusão. Integrar esses alunos na escola, não pode ser de iniciativa apenas dos educadores especializados, mas de todos que vão conviver com elas diariamente é um trabalho em conjunto com pais, alunos, escola e professores.

Se faltar ao professor condições para se trabalhar com estes alunos e não vir conseguir levar a eles atividades para o desenvolvimento levando em consideração qualquer que seja sua necessidade especial, fazendo com que ele vença seus

limites diariamente, se sentindo vitorioso e elevando sua autoestima, o aluno não estará sendo incluso, pois sua permanência na escola não faz sentido algum se não for para o seu desenvolvimento.

Segundo Mantoan (2003, p. 59), “para que realmente se faça a inclusão escolar, é necessário transformar a escola, reestruturá-la em novos moldes, é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado”. O processo de aprendizagem de um aluno especial em alguns casos pode ser lento, sendo necessário maior atenção e atividades que estejam de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, deve se tentar elevar a autoestima deste aluno para que ele se sinta capaz, e nunca desmotivado.

Em 1996 foi promulgada a Lei nº 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB que, em seu capítulo V, trata da Educação Especial, definindo que:

[...] entende-se por Educação Especial, para todos os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 19).

Percebe-se que esta lei determina a oferta de educação especial preferencialmente no ensino regular, esse atendimento será feito em classes, escolas ou órgãos especializados, levando-se em conta as condições específicas de cada aluno, quando não for possível a integração dos alunos nas classes comuns de ensino regular.

Em seu artigo 58, mais precisamente no inciso III, a LDB reafirma a proposta da Constituição, enfatizando que aos educandos que tenham alguma deficiência seu ensino seja ofertado, de preferência, no ensino regular, tendo início desde os primeiros meses de vida até seis anos, ou seja, desde a educação infantil. O ensino, por sua vez, deve ser ministrado por profissionais especializados, visando atender esses alunos com diferenciados métodos e técnicas com o objetivo de inseri-los de forma participativa na sociedade. No seu art. 60 define que:

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. (BRASIL, 1996, p. 20).

Vale destacar, em relação à citação acima, a determinação dada ao poder público para promover a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados na própria rede pública regular de ensino. Contudo, a lei define que o atendimento seja ofertado no ensino regular, tanto público quanto privado.

O Brasil assumiu compromisso perante a ONU na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, assim, ficou determinado que o ensino seria ofertado na rede regular de ensino, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Em 2008, o Programa Nacional de Educação (PNE) elabora a modalidade educação especial na perspectiva inclusiva, o que desencadeou um aumento no número de pessoas atendidas. Um dos fatores que levou a esse crescimento foi o acesso ofertado nas escolas e o investimento nas salas de recursos multifuncionais, cuja tendência é só aumentar com o tempo.

A escola é a instituição na qual mais se refletem as relações sociais, culturais e econômicas da sociedade. É inegável que a educação especial e o processo de inclusão tratam do direito de crianças, jovens e adultos a escola e o que ela tem a oferecer. No entanto, a escola é desafiada ao novo, considerando que nela ainda se vigora práticas opressoras e excludentes por refletir a sociedade e seus conflitos de diversas ordens. Uma dessas práticas se manifesta pelo preconceito à pessoa com deficiência. Porém, a vantagem da escola é que esta prática pode ser questionada, revista e modificada e cabe a todos os envolvidos entenderem que fazem parte do processo, auxiliando no desenvolvimento do respeito e aceitação entre os alunos, para que possam aprender a relacionar-se com as diferenças independentes do contexto onde estiverem inseridos. Isso também é um desafio que vale outras lutas revelando outras necessidades.

### **3 VISÕES E CONFLITOS DA ESCOLA INCLUSIVA: o caso da Escola Municipal Daniel Titton**

Ao mergulhar no universo particular dos sujeitos que atuam com a educação inclusiva na escola, cabe destacar os desafios que se conjugam a vida dos professores no contexto das relações pedagógicas. Não são somente visões, são



leituras de suas práticas de vida e profissional, nos limites da necessidade de inclusão e das condições que impedem a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. Muitas visões dos professores, como no exemplo abaixo do Entrevistado 1, apontam para a inclusão como resultado de um trabalho individualizado e do trabalho do professor:

**(01) Entrevistado 1:** Eu penso que esta questão da inclusão deles na sala de aula, depende do que o professor trabalha. Se o professor for trabalhar diferenciado com eles, vão se sentir excluído, na própria sala de aula, o que o professor trabalha com todos com eles também tem ser trabalhado, é por isso que existe a sala de recursos, onde se trabalha diferenciado.

O acreditar que a inclusão esteja apenas na socialização, deixando de lado a aprendizagem do aluno, não levando em consideração o seu desenvolvimento e suas necessidades, nos mostra uma forma de integração.

**(02) Entrevistado 1:** Aqui ele vai ter a socialização com todas as outras crianças, aqui todo mundo gosta dele, não é uma turma nova é uma turma que ele já está seguindo, ele estudou o ano passado nessa turma e esse ano está continuando. Então aqui tem vários alunos aqui que se preocupam com ele, então ele se sente amável aqui na sala.

O Entrevistado 1 destaca uma situação específica de sua experiência e observações com um aluno NEE. Ele apresenta a socialização como uma dimensão fundamental inclusive como organizadora para as relações com os demais alunos. O olhar para o aluno com NEE não deve ser pautado em suas dificuldades, mas, sim na procura por suas habilidades que podem ser várias, sempre acreditando que o aluno pode se desenvolver e que a sala de aula de uma escola regular tem condições para que isto aconteça desde que todos os participantes desta inclusão possam oferecer condições para tal.

A construção do aprendizado de um aluno com NEE em particular se tratando de desenvolvimento intelectual certamente leva um tempo maior e o professor compreendendo e respeitando este tempo certamente facilitará este aprendizado.



Em sala, o uso de práticas diferenciadas por parte do professor favorece e potencializa o desenvolvimento do aluno, para que isso aconteça é preciso um conhecimento sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo aluno como das relações necessidades/potencialidades. Isto não será possível em um primeiro momento somente com diálogos professor-aluno e aluno-professor – pode-se conhecer os pontos de onde tudo deve começar ou prosseguir. Fica aqui uma questão: Será que uma formação específica irá proporcionar ao professor o conhecimento de práticas diferenciadas para trabalhar com alunos com NEE, levando em consideração que as necessidades são sempre diferenciadas em cada aluno? Entre os membros deste conjunto que são favorecidos para uma Educação Inclusiva está o professor e particularmente sua formação. No documento *Adaptações Curriculares de Pequeno Porte* diz:

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno (BRASIL, 2000, p. 24-25).

O Entrevistado 1, apesar de possuir pós-graduação em Educação Especial lamenta não ter realizado outros cursos nesta área e comenta a falta de apoio por parte da direção escolar ao ser questionado se possui algum outro curso de especialização direcionado a Educação Inclusiva.

**(04) Entrevistado 1:** Não, só a pós mesmo. Porque por exemplo o ano passado mesmo eu estava na sala de recursos e teve cursos, mas quando eu descobri já tinha passado o pessoal não convidou o pessoal que está à frente, tanto da direção como da secretaria de educação, convidou outras pessoas que nem na sala de recursos estava.

Todos os entrevistados em algum momento disseram que encontram dificuldades para realizar o atendimento aos alunos com NEE. O entrevistado 2 diz que as dificuldades surgem no dia-a-dia e deu o exemplo de quando está passando uma atividade e percebe que o aluno não está compreendendo e que ele necessita mais. E disse ainda que nestes momentos se sente inútil por não poder ajudar.

Questionamos onde ela busca ajudas nestas horas, se direção escolar fornece esta ajuda. Então ele nos responde que não:

**(05) Entrevistado 2:** Então este suporte, está ajuda a gente tem com as professoras da sala de recursos, elas até atendem estas crianças uma vez na semana, então assim conforme surge alguma dificuldade a gente recorre a elas sabe, elas vão orientando estas coisa, esse tipo de ajuda que a gente tem.

O entrevistado 3 compreende que o espaço físico da escola é amplo e que muitas vezes a coordenação pedagógica por este motivo acaba não se envolvendo em questões como a inclusão escolar, o que deixa os professores muito sozinhos dificultando seu trabalho e complementa dizendo:

**(06) Entrevistado 3:** [...] a gente precisaria ter mais o apoio de uma coordenação mais atuante, que ajudasse que auxiliasse, que acompanhasse, tomasse uma leitura uma vez por semana, viesse na sala tivesse assim um lado mais integrante eu acho que a gente teria melhores rendimentos.

As complexidades que envolvem a inclusão também refletem na leitura sobre a gestão. A fala do entrevistado 3 evidencia que a inclusão não se trata somente do trabalho pedagógico da sala de aula. Trata-se também das políticas de inclusão por parte da gestão da escola. A pergunta que nos cabe: será uma situação específica da escola ou é um momento revelador também de outras escolas? Se a resposta for sim para a especificidade acreditamos que há necessidades de se rever os seus gestores. No entanto, não podemos deixar de ignorar as dimensões multifacetadas da inclusão. E entendemos que esse fato seja recorrente na maioria das escolas e desafia os gestores da escola (diretores, coordenadores, secretários de educação municipais e estaduais).

Ao falar sobre sua prática pedagógica em sala, o entrevistado 3 compreende que é necessário ao professor observar que cada aluno possui maneiras diferenciadas para se desenvolver e que isso não pode acarretar em uma exclusão destes alunos. Dessa maneira ele elabora a seguinte fala:

**(07) Entrevistado 3:** [...] eu tenho tentado ajudar eles da melhor forma possível, buscado estudar, buscado metodologias diferentes, atividades também diferenciadas.

Perguntamos se ele tem algum material pronto na escola que possa ser utilizado com estes alunos, ele me responde que não e segue dizendo:

**(08) Entrevistado 3:** [...] mas eu tenho buscado auxílio na internet que a gente acha muita coisa hoje na internet é uma ferramenta muito boa para o professor, de atividades diferenciadas, brincadeiras principalmente com a A<sup>3</sup>, eu procuro fazer de forma que ela possa assim se sentir igual aos outros também de forma que os outros alunos eu acredito que é muito importante também os outros aprendam também a dar mais valor no colega a ver aquela limitação que o outro tem.

Podemos perceber que o entrevistado 3 busca alternativas em materiais e atividades diferenciadas para trabalhar com seus alunos com NEE. Porém, enquanto relata sobre os desafios que o professor encontra para trabalhar com estes alunos, o entrevistado descreve sobre uma possível separação destes alunos dentro da própria escola, ao dizer que possui vinte alunos em sua sala e que dentre eles apenas cinco estão alfabetizados e conseguem desenvolver as atividades sem dificuldades. Os demais apresentam dificuldades de escrita e leitura o que para ele dificulta o trabalho do professor e não trás grandes resultados.

O Entrevistado 4 é o único dos professores entrevistados que trabalha com mais de uma turma. Em suas falas demonstra o quanto acredita ser importante a inclusão dos alunos com NEE, sempre enfatizando o desenvolvimento e a aprendizagem de todos. Sobre Educação Inclusiva nos diz:

**(09) Entrevistado 4:** Bom é o processo de incluir mesmo estes alunos, de levar eles a participarem, de estar na escola, saber que eles aprendem que a mediada que vamos trabalhando com eles, eles vão se desenvolvendo e participando deste processo de inclusão [...].

---

<sup>3</sup> Aluna que frequenta o 2º ano no período matutino. Não tive acesso ao laudo, mas em sua fala o Entrevistado 3 diz que a aluna com NEE em sua sala possui Deficiência Mental leve.

Por desenvolver suas atividades pedagógicas com diversas turmas o Entrevistado 4 trabalha com estes alunos há vários anos, sempre enfrentando situações diferentes, o que, segundo ele, o ajudou. Já passou por situações difíceis ao se deparar com alunos com alto grau de deficiência, mas relata que mesmo com todas estas experiências não se sentiu totalmente preparado, isso porque para ele o professor nunca está.

**(10) Entrevistado 4:** Eu acho que preparado nós nunca estamos tem sempre que estar buscando mais, buscando mais formação, mais capacitação, mas de certa forma a escola já oferece uma estrutura hoje e pelo tempo que a gente trabalha de certa forma a gente tem um preparo pra trabalhar sim. O que a gente tem que buscar, são novas metodologias e estratégias para trabalhar com cada situação que a gente vai encontrando aí no dia a dia.

Como diz o Entrevistado 4, o professor em seu dia a dia terá de lidar com diversas situações se tratando de alunos com NEE, já que as necessidades são inúmeras. É dificilmente um professor saberá como lidar com todas elas, fazendo apenas um curso de especialização. Por isso, a formação continuada é fundamental para essa compreensão e preparação do professor.

Para o Entrevistado 2, a formação do professor também faz toda a diferença para um trabalho potencializador com os alunos com NEE e reconhece a importância da inclusão escolar, mas insiste na formação dos professores.

**(11) Entrevistado 2:** Eu não acho errado eu percebo que eles aprendem até mais, porque assim estando com as crianças ditas normais e elas ajudam muito estas crianças que tem alguma deficiência. Então eu acredito até que elas aprendem mais. Porém assim pro professor é bem difícil, porque eles necessitam de uma atenção maior e a gente não foi preparado. Primeiro eles inseriram estas crianças na sala e agora que está vindo aos poucos a capacitação pros professores, então assim pra gente é meio complicado.

O Entrevistado 3, dentre todas as dificuldades, acredita que para a escola se torne de fato inclusiva também tem de vincular-se a formação continuada de professores.

**(12) Entrevistado 3:** [...] ainda há muito que fazer muito que investir nessa área precisa de muito investimento por questão de espaço físico de materiais de apoio, de capacitação para os professores mais formação continuada dentro dessa área e assim eu acho que há muito que fazer [...].

Um dos principais apontamentos por parte dos entrevistados a “formação continuada dos professores”. Para Mantoan (2003) este é um argumento frequente por parte dos professores quanto à inclusão. Esta formação se apresenta como capaz de lhes trazer as soluções para todos os problemas enfrentados com os alunos com deficiência. Além dos cursos de especialização, os grupos de estudos dentro da própria instituição é o melhor espaço para que aconteça uma formação continuada, na qual os professores poderiam apresentar situações vivenciadas e trocar experiências, buscando um aprofundamento teórico dos casos discutidos. Este tipo de formação é aconselhado por Mantoan (2003, p. 44) ao dizer que:

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideais, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é um dos postos-chave do aprimoramento em serviço. Esse exercício é feito sobre as experiências concretas, os problemas reais, as situações do dia-a-dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula — esta é a matéria-prima das mudanças pretendidas pela formação.

Por tudo isto, podemos afirmar que a escola vem buscando melhorar o atendimento aos alunos com NEE, porém ainda existem algumas dificuldades e para que possam ser superadas fica claro que a implementação das políticas públicas é indispensável no processo de inclusão.

Responder de forma desejável aos grandes desafios que as diferenças podem causar dentro das escolas no processo de aprendizagem não é fácil, mas somente com a realização de uma educação pensada nas diferenças é que se pode alcançar esta tão sonhada Educação Inclusiva.

## **4 CONCLUSÃO**

A inclusão escolar está relacionada ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos mediados pela compreensão e por um olhar direcionado para as singularidades: conjunto de relações entre ação, pensar e sentir que são imprescindíveis.

Percebe-se que os professores em sua maioria sentem falta de uma formação direcionada a este público cada vez mais frequente na escola. Sinaliza-se um despreparo e são as dificuldades que se destacam e não os resultados que poderiam derivar das ações pedagógicas. Isso revela a insatisfação das condições das práticas pedagógicas de inclusão que tem sua origem no conflito entre as estrutura da velha escola com a necessidade de recriar novas dimensões pedagógicas – provocadas pela inclusão e as políticas que dela derivam, demonstrando ser este um dos principais desafios da inclusão na escola. Deste modo faz-se necessário rever a formação dos professores ainda no curso de graduação, fato que já vem acontecendo.

Contudo, ainda precisa de reformulações tendo em vista que grande parte dos futuros professores poderão garantir que a inclusão se baseie na positividade das ações e não no esforço pessoalizado e localizado do professor. As políticas de inclusão desafia um novo estágio de formação e ação docente. O que não se pode aceitar é que o professor continue sendo responsabilizado por uma estrutura e organização que pouca viabiliza sua formação e seu trabalho. Todos os professores entrevistados acreditam nos benefícios que a inclusão pode proporcionar com relação ao convívio social de todos os alunos.

Compreendemos que a Educação Inclusiva ainda está em desenvolvimento por se tratar de uma proposta recente, para que possa ser decente e de fato faz-se indispensável por em prática as políticas públicas direcionadas a esta modalidade, sabemos que são inúmeras, mas poucas estão presentes na realidade escolar brasileira. O conhecimento e a implantação destas políticas certamente irão auxiliar na construção de uma educação para todos.

## **INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS AT SCHOOLS IN REGULAR EDUCATION**

## ABSTRACT<sup>4</sup>

The article discusses about the inclusion of students with special educational needs in regular education. The research, including a qualitative approach, used semi-structured interviews with four teachers as its data collection instrument. The objective was to analyse how the pedagogic actions of teachers happen in regular classrooms which has the presence of this kind of students. The results show that teachers seek for building their pedagogic practices taking into consideration their students with special educational needs, but still feeling a lack of a specific training for their that educational practice. It can be affirmed that the implementation of public policies is indispensable for the process of inclusion.

**Keywords:** Regular School. Inclusion. Special Educational Needs.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ENTREVISTADO 1. **Entrevistado 1:** Depoimento. [21 mar. 2016]. Entrevistador: Fernanda Aparecida Viana Ledesman. Sinop, MT 2016. Gravação digital (14min 51seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão na modalidade inclusão de alunos com necessidades educativas na escola de ensino regular.

ENTREVISTADO 2. **Entrevistado 2:** Depoimento. [08 abr. 2016]. Entrevistador: Fernanda Aparecida Viana Ledesman. Sinop, MT 2016. Gravação digital (11min 29seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão na modalidade inclusão de alunos com necessidades educativas na escola de ensino regular.

ENTREVISTADO 3. **Entrevistado 3:** Depoimento. [30 abr. 2016]. Entrevistador: Fernanda Aparecida Viana Ledesman. Sinop, MT 2016. Gravação digital (28 min 10seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão

---

<sup>4</sup>Resumo traduzido por Vinícius Dallagnol Reis. Graduado em Letras, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, atua na área de correção de textos em escola particular, em cursinho (PPE).



na modalidade inclusão de alunos com necessidades educativas na escola de ensino regular.

ENTREVISTADO 4. **Entrevistado 4:** Depoimento. [06 maio 2016]. Entrevistador: Fernanda Aparecida Viana Ledesman. Sinop, MT 2016. Gravação digital (15min 55seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão na modalidade inclusão de alunos com necessidades educativas na escola de ensino regular.

MAZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil:** Histórias e Políticas Publicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Uma escola de todos e com todos:** o mote da inclusão. Ver. Educação, Porto Alegre. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB, DF: MEC, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca.** Sobre princípios e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF: MEC/CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA. UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. **Relatório.** UNESCO BRASIL, Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016

RIBEIRO, Lucas Solange. **Acessibilidade Para a Inclusão na Escola: Princípios e Práticas.** III Seminário de Educação Inclusiva – UEFS, 24 e 25 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8634890-Acessibilidade-para-a-inclusao-na-escola-principios-e-praticas-solange-lucas-ribeiro.html>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Correspondência:

**Fernanda Aparecida Viana Ledesman.** Graduanda em Pedagogia pela  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-  
mail: nandaviana\_pr@hotmail.com

Recebido em: 29 de outubro de 2016.

Aprovado em: 26 de novembro de 2016.